

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE (MG), REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2015.=====.

PRESIDÊNCIA: Vereador Edílson Mariano - Presidente. **HORÁRIO:** 18horas e 05 minutos. **QUÓRUM DE ABERTURA:** Constatada a presença dos Senhores Vereadores: Edílson Mariano, Eliezer Cruz, Julbertina Ornelas, Maria Valdiza, André Batista, Darlei Silva, Irmão Valdete e Valério Cipó. Ausente a Vereadora Daisy Ferreira Netto, que se encontra de atestado médico. Foi feita a leitura do texto bíblico em 13ª Coríntios 1:2. **1ª PARTE:** Procedida à leitura da ata da reunião anterior, tendo sido considerada aprovada nos termos regimentais pelo Senhor Presidente. **CORRESPONDÊNCIAS e COMUNICAÇÕES:** Mensagem n.º 1, de 23 de fevereiro de 2015, do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 001/2015, *que altera a Lei n.º 369, de 12 de março de 2012, que "cria Abrigo Institucional para crianças e adolescentes em situação de risco social, denominado 'Casa Lar', e dá outras providências"*. Mensagem n.º 2, de 23 de fevereiro de 2015, do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei n.º 002/2015, *que dispõe sobre a organização da Política de Assistência Social no Município de Cabeceira Grande; institui o Programa "Mais Social"; regulamenta a concessão das ações e projetos dele integrantes e dá outras providências*. Não houve **APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES. PRONUNCIAMENTOS.** O Senhor Presidente apresentou o controle do carro referente ao mês de fevereiro/2015, na qual o carro sai no dia 03/06 e 11/2015, para Paracatu; no dia 04/25 e 27/2015 para Unaí, todos a serviço da Câmara; e nos 23 e 26/2015 á Brasília para reuniões. Foi concedida a palavra à senhora Leonor Costa Vale para uso da palavra. A senhora Leonor Costa Vale agradeceu a todos pela participação, disse que na Escola municipal Professora Hozana existia uma sala entre crianças, adolescentes e adultos especiais, criada em 2009, mas que foi criada de forma errada, pois os alunos especiais tinha que estar inserida em uma sala normal, e no contra turno eles fosse atendidos em outra sala de apoio para atender suas necessidades especiais, na qual tinha nove alunos ficando somente seis, estava funcionando da seguinte forma, tinha uma professora e uma monitora que atendia esses alunos no horário normal de aula, mas que ficava enturmado junto aos outros alunos fazia as atividades escolares, trabalhos manuais, entre outros, mas que foi criado uma lei que deveria funcionar de seguinte forma, cada aluno deve ser inserido pela sua idade, no contra turno poderia ser matriculados na escola Professora Hozana, pois lá tinha uma sala de apoio, ou também em outros grupos como, APAE, em ONGs ou grupos como existia no CRAS na qual foram já oferecidos aos alunos que estava sendo levados para ser atendidos em Unaí. Falou que na Escola Professora Hozana tinha a sala de apoio

montada e completa com todos os recursos, só que precisava de vários profissionais como fonoaudiólogo, psicólogo, neurologista, mas com isso era profissionais, de alto custo para o município. Falou que em Unaí a prefeitura disponibilizou e já tinha alunos que estava sendo atendidos. De fato não era muito fácil, mas o que a trouxe na casa em especial, foi uma estudante de 24 anos com síndrome de Down que estava na escola, mas que ela não tinha sido colocada na escola com a idade certa, não era alfabetizada não sabia ler. Disse que na realidade ela teria que estar inserida no segundo grau, mas como poderia colocar essa jovem no segundo grau sem saber ler, era uma situação muito difícil. Disse que não sabia se ela poderia ser atendida na APAE, teria primeiro que fazer uma análise, e que na escola Municipal ela poderia ser atendida no EJA, mas a escola não tinha, porque a demanda de alunos não era suficiente para formar as turmas, e que na Escola Estadual ela podia fazer o segundo grau, mas que também não sabia se mãe procurou a escola para fazer uma análise. Disse que com esses acontecimentos, ela como diretora estava sendo acusada de não querer atendê-la, estava negando a escola para ela, mas que isso não era verdade e que a estudante estava estudando sim, mas que ela requeria muito de cuidado especial. Disse que queria relatar que realmente esses alunos precisavam de cuidados especiais, e que deixava claro, como gestora da escola que não estava agindo de má fé, até estava tentando ajudá-la junto ao CRAS, mas que mãe não estava querendo aceitar. Disse que queria deixar claro aos senhores vereadores e encaminhava a cópia da lei ao conhecimento de todos, onde explicava e deixa claro que não era a escola que estava negando o estudo a ela, até ficava de coração partido por não poder atender, devidos fatos, a estudante tinha 24 anos e de situação especial esclareceu e disse que todos tinham que pensar bem e procurar buscar uma maneira, e o que poderia ser feito para ajudar essa família. O Senhor Presidente agradeceu a presença da senhora Leonor pelos os esclarecimentos dos fatos, porque muitas das vezes as pessoas chegam, falam e às vezes até criticava o município os gestores sem saber de fato o que acontecia, por isso era importante procurar saber o que estava acontecendo, disse que ele mesmo não sabia. Era claro e todos sabiam que não poderiam ser excluídas as crianças especiais da sociedade, mas havia casos muito difíceis de resolver até porque não dependeria só dos gestores, e no caso desses, estudante de 24 anos no meio de crianças de sete a oito anos era muito complicado, por isso era realmente importante buscar e procurar junto ao prefeito para buscar resolver essa situação. A vereadora Maria Valdiza agradeceu à senhora Leonor pela sua participação na reunião e de poder dar as explicações a todos dos fatos ocorridos, isso era muito importante. O vereador Edilson Mariano disse que de fato não poderia somente jogar a culpa nos gestores, era importante que a mãe também buscar ajuda, que todos unissem e procurassem verificar a situação da jovem.

2ª PARTE: O Senhor Presidente concedeu a palavra a Vereadora Maria Valdiza para a leitura da emenda do Projeto de Lei n.º 034/2014, de sua autoria, apoiada pela vereadora Julbertina Ornelas. Efetuada a leitura foi submetida a turno único de discussão. Ocasão em que o Vereador Eliezer Cruz disse que em 2014 foi questionado sobre esse projeto, e que esteve no final de semana no Goiás, na qual levou a cópia do projeto para o juiz verificar ele disse que se o motorista profissional, desabilitado pegasse o carro e batesse quem responsabilizaria e pagaria pelos danos seria a Câmara que a autorizou, via que era uma situação difícil, por isso iria votar contrário ao projeto. O vereador Darlei Silva disse que o projeto entrou na casa em 2014 e estava sendo tramitado agora, desde então pediu para que as vereadoras autoras analisassem e fizesse algumas alterações no projeto dando a autoridade somente para os motoristas habilitados de categoria “D”, e que isso já pedia em concursos, pois da forma que estava os vereadores dava autorização a qualquer motorista habilitado a dirigir o veículo, sabia que o projeto tinha legalidade, mas não confiava e não concordava com o projeto. O vereador Edilson Mariano disse que legalidade tinha, pois no projeto relatava e também tinha lei que amparava, pois havia servidores na área de polícia em órgão de fiscalização que dirigiam e não eram motoristas oficiais, mas pensava da mesma forma dos vereadores, pois o município já tinha pessoas que andava de mais sem necessidade, por isso também não concordava, até porque poderia gerar gastos demais sem necessidades. Disse que não estava dizendo que as vereadoras fizeram o projeto de má fé, e sabia que a intenção delas era querer ajudar, porque via a dificuldade do município, mas que também via por outro lado, se desse a autonomia poderia gerar mais confusão e todo mundo ia querer pegar um carro para sair, e quem tinha que dirigir os carros realmente era os motoristas. Esclareceu que todos os secretários tinha que seguir o exemplo do senhor Valter e do senhor Dalvanei, até porque nunca viu um eles dirigindo carros da prefeitura, estava certos, todos tinha que pensar e procura fazer o melhor para que fatos assim não ocorram. A Vereadora Maria Valdiza disse que o projeto era de sua autoria, e que não fez de má fé, jamais faria isso ao município, e que entrou para trabalhar e buscar o melhor a população, disse que fez o projeto porque até pode presenciar situações difíceis, principalmente nos postos de saúde, de ver lá pessoas doentes sem condições de sair por falta de motorista, e que a sua intenção foi em ajudar o município e jamais iria fazer uma coisa sabendo que estava errado, foi feito e mostrado para o Assessor Paulo, na qual ele disse que era legal. E quanto à forma que os vereadores Darlei e Eliezer colocaram o doutor Paulo esclareceu que não podia daquela forma estaria agindo errado, Falou que cada um pensava e agia de forma diferente, e que se alguém não quisesse apoiar tinha todo direito. Esclareceu também que o projeto não era para qualquer motorista pegar os

carros, eram motoristas que já fazia parte da autarquia, e quando precisar o chefe imediato iria autorizar. O vereador Eliezer Cruz disse que o motorista precisa conhecer o local e o hospital que está levando o paciente para não causar transtorno, por isso era importante colocar os motoristas que já tinham capacidade de poder fazer o trabalho certo. A vereadora Maria Valdiza disse que a responsabilidade era de quem mandava e logicamente um secretário, ou a pessoa que era responsável por aquela área jamais iria mandar qualquer pessoa sem conhecimento levar sem se quer saber do local, mesmo porque estava tentando buscar tornar os meios das coisas serem mais fácil e não mais difícil. A vereadora Julbertina Ornelas disse que a intenção da vereadora Maria Valdiza na qual apoiou no projeto foi também de ver a dificuldade da administração no município na qual foi dito, e que nenhum chefe imediato iria permitir pessoas que não conhecesse a cidade para levar alguém sem saber. O projeto foi elaborado para que a designação seja feita por um chefe imediato, que irá deliberar alguém habilitado e que conheça os locais aonde vai, e foi neste sentido na qual apoia a vereadora Maria Valdiza. Disse que todos via a dificuldade e também era contra de ficarem andando sem necessidades, acreditava que nenhum secretário iria de ser louco de designar pessoas que não eram habilitados e muito menos dirigir sem conhecer para onde vai. Também parabenizava o senhor Valter e o senhor Dalvanei, até mudou para Cabeceira Grande para evitar constrangimentos, e também para estar no trabalho no horário certo. Falou que a intenção da vereadora Maria Valdiza foi para ajudar administração, buscando sempre melhorar no atendimento a comunidade, disse que o projeto realmente estava na casa desde ano passado para ser apreciado, mas se a casa achava desnecessário o projeto seria do plenário a decisão. O vereador Eliezer Cruz disse que em 2012 chegou de bicicleta no posto de saúde, na qual presenciou um fato, tinha uma paciente prima do vereador André que estava lá passando mal quase morrendo, com isso o médico pediu para arrumar um carro para leva-la, com isso foi pedido para o senhor Luizinho de Santa para levar em Brasília, quando chegou ele disse que não conhecia nada em Brasília, pediram-me que levasse a paciente lá, na qual foi leva-la, por isso que via o problema de colocar qualquer pessoa sem conhecimentos. O vereador Darlei Silva disse que do jeito que estava, sem o projeto ia ficar do mesmo jeito, porque os secretários já tinham o poder de escolher qualquer pessoa para pegar os carros e saírem, mas se justamente votasse o projeto dessa forma estava levando a responsabilidade para os vereadores, então se já funcionava da forma que estava, seria melhor deixar como estava. O vereador André Batista disse que as vereadoras autora do projeto, estavam tentando dar legalidade no que já estava acontecendo, todos viam que a demanda do município era muito grande, e o município não tinha condição de contratar um motorista para cada carro. Disse que o fato ocorrido com o vereador

Eliezer inclusive também já ocorreu com ele, de ter que sair às presas para levar pacientes doentes, sabia que não era correto, mas também não poderia negar seria uma omissão de socorro, todos viam que a intensão das vereadoras era somente dar legalidade, para que as pessoas façam os serviços corretos. O vereador Edilson Mariano disse que todas as opiniões dos vereadores eram corretas, e quando o vereador Darlei Silva falou de fazer alterações de apresentar uma emenda na categoria “D”, realmente não podia fazer isso, porque se a pessoa que tivesse dirigindo um carro pequeno e fosso parado numa blitz de fiscalização não será exigida a categoria da carteira da pessoa, e sim que a pessoa seja habilitada, e foi por isso que o Assessor Paulo disse que não podia. Sabia que a intenção das vereadoras era realmente para ajudar o município dar legalidade há mais, mas se desse a legalidade para o projeto dessa forma ficaria mais difícil de poder fiscalizar. A vereadora Maria Valdiza disse que o projeto já explicava, seria em casos de necessidades e tiver a carteira habilitada nas condições exigidas, e não era os secretário dar liberdade para qualquer um. O vereador Valério Cipó disse que também não era a favor do projeto, até porque um dia teve que ir até Palmital e na estrada encontrou com dois carros e tinha duas pessoas em cada carro, e não precisava acontecer isso, pois um só motorista trazia todos, se estava querendo economizar gasto não podia acontecer. O vereador Edilson Mariano disse que o vereador Valerio Cipó estava certo, e sobre o questionamento em relação de conhecer o local, isso não ia acontecer, porque jamais ninguém ia pegar um carro e sair sem realmente saber. A vereadora Julbertina Ornelas disse que quanto ao relato do vereador Valério cada secretário tem que se organizar e planejar para não autorizar carros para qualquer lugar, principalmente enviar um carro com cada motorista, por isso era importante investigar e saber com os secretários para que isso não aconteça. O vereador Irmão Valdete disse que com relação ao projeto, estava acontecendo que o executivo estava se livrando e responsabilizando o legislativo, e se estava precisando de motorista o certo era fazer concurso, e quando se falava de falta de motorista, teve época que foi tirado motorista do plantão para levar pessoas para fazer provas em Unaí, então via que não estava faltando motorista assim. Encerrada a discussão foi submetida a primeiro turno de votação o Projeto de Lei n.º 034/2014, tendo sido rejeitado por três votos favoráveis, quatro voto contrário e nenhuma abstenção. Na **3ª PARTE:** A Vereadora Maria Valdiza disse ao vereador Valério Cipó, que irá buscar as informações sobre o assunto dos dois carros que saíram dessa forma. O vereador Valerio Cipó disse que realmente isso não podia acontecer. O vereador Eliezer Cruz disse que tem sim que corrigir e buscar ajudar o prefeito para que isso não aconteça em nossa comunidade. O Edilson Mariano esclareceu que seria importante os secretários, pessoas do cargo de confiança também ajudar o prefeito, até porque o prefeito não

QUÓRUM DE ENCERRAMENTO: Constatada a presença dos Senhores Vereadores: Edílson Mariano, Eliezer Cruz, Julbertina Ornelas, Maria Valdiza, André Batista, Darlei Silva, Irmão Valdete e Valério Cipó. Ausente a Vereadora Daisy Ferreira Netto. Nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião. Agradeceu a presença de todos e determinou que se lavrasse a presente ata. =====

[illegible]